

A REVOLTA DE 1904 E OS CAMINHOS PARA AFIRMAÇÃO DA CIDADANIA¹ BRASILEIRA NA CAPITAL DO PAÍS

Lucas de Castro Itapoan da Costa

Graduando/a do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense

João Henrique Zanelatto

Professor/a do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense

Resumo: A Revolta da vacina foi o processo de viabilização política das classes que não tinham participação e sequer eram reconhecidas como cidadãos pelo Estado. O presente trabalho tem como objetivo analisar a complexidade política do período e compreender a relação entre governo e povo na Capital do país, onde a figura do cidadão pobre era marginalizada pelos governantes que procuravam favorecer a elite fluminense. Através da análise das obras dos historiadores Nicolau Sevcenko, Sidney Chalhoub e José Murilo de Carvalho, buscamos compreender a Revolta ocorrida em 1904 como estopim de um processo de insatisfação sobre a invisibilidade do povo, algo muito mais profundo e complexo do que apenas a obrigatoriedade da vacina promovida na campanha contra varíola daquele ano. Nesse sentido, perceber a complexidade das motivações que levaram a Revolta de 1904 é reconhecê-la como fruto de um processo de insatisfação antecedente da população perante o governo e suas políticas discriminatórias, sendo os acontecimentos durante a revolta um ato político de cidadania popular.

Palavras-chave: Primeira República, Revolta da Vacina, discriminação, cidadania, política.

¹ O conceito de cidadania abordado se refere a legitimidade dos direitos e deveres da população na Capital do país nos anos iniciais da República, durante o novo regime democrático. Como veremos no decorrer do artigo, a marginalização de grande parte da população da Capital resultava em sua inviabilização política e, portanto, na abstenção ilegítima da democracia.

Introdução

O início da república no Brasil foi marcado por uma série de revoltas e levantes² que ocorreram em todo território nacional, no meio rural e também no meio urbano. Os reflexos de uma política que buscava a modernização desesperada do país, unido ao descontentamento de vários setores da sociedade com o governo, propiciaram o crescimento do sentimento de revolta em grande parte da população do Rio de Janeiro, capital brasileira da época.

O cenário da sociedade civil carioca refletia o cenário político do período: uma república recém nascida - que surge com um golpe militar (CASTRO, 1999) - tentava se legitimar através de pretensões oligárquicas munidas do sentimento de progresso no desenvolvimento urbano e científico. Acontece que o Rio de Janeiro respirava insalubridade, e a realidade do cidadão comum era muito distante das pretensões elitizadas do então prefeito Pereira Passos. A intenção era transformar o Rio de Janeiro em uma cidade modelo, seguindo um padrão afrancesado, e para isso a reforma urbana e sanitária era fundamental já que a Capital era chamada – não precipitadamente – de “túmulo de estrangeiro” por tamanho problema das enfermidades existentes. Além do mais, as ruas e o Porto deveriam seguir as mudanças que o sonhado progresso exigia, qualquer que fossem os atingidos.

O tom de emergência e de busca por resultados fez com que Pereira Passos ganhasse plenos poderes para chefiar com mãos de ferro o Distrito Federal, poderes esses que foram exigidos ao presidente Rodrigues Alves para sua nomeação. Esse viés autoritário somado aos recursos ilimitados que lhe foram garantidos, permitiu se efetivar a política da discriminação, da segregação e do racismo, fantasiados com justificativa científica e higienista.

No início do século XX, as ruas do Rio de Janeiro transbordavam epidemias e uma série de doenças, e isso é fato, o que ocorre é que essas condições foram diretamente ligadas as pessoas que estavam a margem da sociedade. Por medo, discriminação e com interesses imobiliários, grande parte da elite carioca utilizou as políticas higienistas em seu favor, se beneficiando economicamente com as políticas adotadas pelo governo em detrimento das classes mais pobres.

A parcela marginalizada da sociedade do período era de forma geral formada pelos indivíduos com menos condições monetárias, com destaque para trabalhadores imigrantes, negros, lavadeiras e famílias em condições de pobreza, ou seja, a maior parte da sociedade, que ficava à mercê das políticas de reestruturação urbana e higiênica providenciada pelo prefeito.

² Antes de 1904, ano da Revolta da Vacina, outras revoltas e levantes já haviam ocorrido no território brasileiro tanto no meio urbano como no rural, como a Revolta da Armada, Revolução Federalista e a Guerra de Canudos.

O resultado dessas políticas de progresso que visavam um modelo europeu para a cidade foi catastrófico, acarretando na derrubada de barracos, derrubada de cortiços, prisões e expulsão de grande parte da população do centro da cidade. Naturalmente, famílias ficavam sem um teto para viver e o sentimento de incerteza era inevitável. O medo era diário, sua própria existência poderia ser discutida por parte daqueles que detinham a suposta verdade e o discurso científico.

O reflexo de toda essa construção política de modelo ideal para se conduzir um problema social culmina com a campanha de vacinação obrigatória contra varíola, conduzida pelo líder da Diretoria Geral de Saúde Pública, o médico e higienista Oswaldo Cruz. Foi esse o estopim da revolta urbana do Rio de Janeiro de 1904, a chamada Revolta da Vacina³.

Dentro de todas circunstâncias que reforçaram a segregação social no período, a má organização e efetivação de uma campanha vacinatória mascarou o ideal de saúde – que era necessário - e escancarou o ideal autoritário e racista das medidas severas e ativas utilizadas para se fazer efetiva a vacinação na população. Dito isso, e levando em consideração todas as medidas discriminatórias – que já se faziam presente desde a metade do século XIX – é possível considerar que a Revolta da Vacina foi um acontecimento isolado diretamente ligado a campanha vacinal contra varíola? Sevcenko levanta questões que nos ajudam a compreender a complexidade da Revolta:

Pode-se imaginar que somente o receio popular para com a vacina e a inabilidade do governo desencadearam isso tudo? É crível que somente a apreensão de uns e a estupidez de outros geraram por si tamanha catástrofe? Não seria o mesmo que presumir que é o secreto desígnio dos deuses, ou a incompetência dos aprendizes de feiticeiro, que provoca as erupções vulcânicas? Tratemos de olhar mais profundo, para os estratos inferiores, não para o Olimpo. (SEVCENKO, 2018, p.52)

O fato é que o título que dá nome a essa revolta é datado ao seu estopim e, sendo assim, não leva o peso e a relevância de um problema que estava muito mais aprofundado do que a vacina propriamente dita. Diante do exposto, levantamos a seguinte questão: que processos ocorridos com a instalação da República foram/podem ser considerados os norteadores para o desencadeamento da revolta da vacina de 1904?

Portanto, a pesquisa teve por objetivos principais: a) compreender as motivações que levaram as movimentações ocorridas em 1904; b) reconhecer o caráter político da Revolta; c) Identificar a discriminação como um fator social fundamental na manutenção política do período;

³ A pandemia de 2020 trouxe à tona o debate sobre a vacina. No contexto atual, a Revolta da Vacina de 1904 é utilizada por algumas pessoas para satirizar e comparar o negacionismo de parte da população perante a vacina contra a Covid-19, vírus da atual enfermidade. Porém, é importante perceber que as circunstâncias que sintetizam o negacionismo atual estão longe de serem direcionadas a mesma causa das motivações que levaram a Revolta de 1904.

d) Perceber a Revolta da Vacina como um grande ato de cidadania na Capital da República.

Para responder à pergunta e atingir objetivos propostos utilizamos como fontes de pesquisa os estudos dos historiadores José Murilo de Carvalho, Nicolau Sevcenko e Sidney Chalhoub, nas obras *Os bestializados*, *Revolta da Vacina* e *Cidade Febril* respectivamente. Ao analisar essas obras buscamos perceber as suas singularidades e como esses autores interpretaram essa revolta. Escolhemos os estudos desses autores pois entendemos que ambos percebem a Revolta da Vacina em um contexto mais amplo.

No que concerne a metodologia para análise das obras, levamos em consideração os seguintes aspectos: a) situar a obra em sua época; b) toda obra de história é ao mesmo tempo uma visão do passado e um retrato do presente, um diálogo a partir do presente, suas inquietações, seus projetos de um lado e os traços deixados pelo passado de outro; c) É expressão de tendências da historiografia, dos debates teóricos, metodológicos e das lutas políticas existentes na época de sua elaboração; d) toda obra histórica ilumina tanto o passado quanto o presente, tanto a história quanto a historiografia; e) Quando deixa de ter valor por sua interpretação do passado, passa a ter valor como documento/fonte/evidência; f) que a obra histórica resulta da formação do historiador/a de seus objetivos, de sua vivência no sentido mais amplo de seu posicionamento diante do presente e do passado; g) depende do público que pretende alcançar; h) É produto de documentação/fontes/evidências utilizadas.

Se tratando da estrutura do texto, dividimos o artigo em quatro seções:: a) República dos “bestializados”: o povo invisível; b) O decreto: a afirmação do ideal de submissão popular; c) Classes perigosas: a legitimação da discriminação; d) A relação povo-vacina não absorvida pelo governo.

A primeira seção se dedica à análise da obra *Os bestializados*, de José Murilo de Carvalho, onde apresentamos uma breve contextualização política do período com base na análise bibliográfica da obra do historiador. A segunda seção do texto faz o diálogo entre as obras de Carvalho e Sevcenko, buscando compreender o estopim da Revolta de 1904 para esses historiadores. Na terceira seção, através da pesquisa do historiador Sidney Chalhoub, o artigo busca aprofundar a questão social da Revolta da Vacina. A quarta e última seção aprofunda a questão dos vacinophobos (CHALHOUB, 2017), apresenta algumas diferenças entre as teses defendidas pelos historiadores trabalhados até aqui e, também, direciona o artigo para suas considerações finais.

República dos “bestializados”: o povo invisível

Antes de iniciar a reflexão sobre a Revolta da Vacina, é fundamental compreendermos o contexto político do período, além disso, é preciso situarmos o presente trabalho no seu devido lugar dentro da historiografia da República, isto é, compreender as tendências historiográficas que estão presentes no texto e que, mais que isso, motivaram a produção deste trabalho. Na obra *Os bestializados*, de José Murilo de Carvalho, o autor nos apresenta um breve e refinado cenário do que foram os anos iniciais da república no Brasil. Em seu livro, o historiador evidencia a relação da sociedade civil da Capital com os poderes políticos existentes no período.

Assim como Carvalho, os historiadores Sevcenko e Chalhoub - autores que juntos norteiam a discussão deste artigo - representam uma perspectiva historiográfica recente, que se remete a produção que teve início nos anos 80 e 90 no campo historiográfico da República (LAPA, 1990). Para o historiador José Roberto do Amaral Lapa, essa produção é fruto da perspectiva da Nova História Cultural, onde o resultado disso foi o levantamento de novas questões e hipóteses, contribuindo para o aprofundamento de questões e problemáticas sociais. Se tratando da Primeira República, ambos historiadores dessa tendência prezam pelo protagonismo da Capital, Rio de Janeiro, como foco síntese do projeto de nação republicana que surgiu com o advento do novo regime (LAPA, 1990).

A perspectiva historiográfica que nos cabe esclarece então o direcionamento do trabalho para as questões culturais e sociais acerca da Revolta da Vacina. A escolha destes historiadores para a pesquisa - Carvalho, Sevcenko e Chalhoub - é fruto dessa tendência, aonde tal influência está explícita nas seções que formam este artigo. É fruto dessa tendência também - como o leitor perceberá - o direcionamento nominal de "Revolta de 1904" para se referir a Revolta da Vacina. Tal direcionamento é fruto das fontes analisadas que, como veremos no decorrer do artigo, compreendem a Revolta da Vacina como algo mais profundo do que a questão da vacina propriamente dita, tendo a nomenclatura "Revolta de 1904" mais fôlego para suprir a necessidade contextual, isto é, a tese defendida acerca das movimentações populares ocorridas em novembro de 1904.

Em *Os bestializados*, a intenção de José Murilo de Carvalho entra em convergência total com a proposta desse trabalho. Logo no seu título, o autor cita a nomenclatura que o jornalista republicano Aristides Lobo achou ideal para sintetizar o povo durante o surgimento da recém nascida República: “Segundo ele [Aristides Lobo], o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar.” (CARVALHO, 2019, p. 9). Portanto, logo nas

primeiras páginas, Carvalho já justifica o título de sua obra ao passo que introduz o leitor a proposta defendida.

O povo “bestializado” se provou não ser coadjuvante como o pretencioso jornalista previu, e isso se prova com os acontecimentos seguintes ao golpe de proclamação. O fato é que Carvalho - assim como outros autores que veremos neste artigo - nos mostra que a visão política do qual se tinha do povo, por parte da elite republicana, era totalmente deturpada da realidade, e compreender essa questão é fundamental para discutirmos a historicidade da Revolta da Vacina.

Focar só no Rio de Janeiro e desconsiderar as relações políticas da sociedade em outras partes do país não é a intenção deste texto, entretanto, não considerar a figura do protagonismo da Capital é inevitável. O Rio de Janeiro era não somente a capital política, mas também econômica e cultural do país, além do mais, é palco do acontecimento que nos interessa. Todas as relações ali existentes apesar de não resumirem a vida de todos brasileiros, com certeza detinham efeitos em escalas nacionais, ainda mais se tratando de modelos de visão políticas e sociais, visões essas tanto de esfera nacional quanto na internacional:

Por quase uma década, o Rio seria a arena em que os destinos nacionais se decidiriam. Depois da independência, era o momento de maior glória, de maior visibilidade para a capital, transformada em foco das atenções de todo o país. Acontecimentos, por banais que fossem, assumiam importância desmedida em função da ressonância produzida pela situação privilegiada em que se achava a cidade. Uma tentativa de assassinato, um empastelamento de jornal, uma greve, uma revolta de quartel ou de navio, que abalasses a capital, reverberavam pelo país inteiro. (CARVALHO, 2019, p. 22)

Considerando essa grande influência por parte da Capital, levando em conta os fatos pequenos que podiam se difundir, é importante pensarmos o acontecimento dos grandes fatos, isto é, se um “simples assassinato” poderia surtir eco nacional, então é de se refletir os efeitos de um acontecimento com o tamanho da Revolta da Vacina.

É importante refletirmos sobre as influências que a Capital tinha não somente dos fatos em si, mas da forma de pensar e agir por trás deles. A informação detém perspectivas de quem a produziu, como vimos na citação do jornalista Aristides Lobo, a visão do autor se reproduz em sua afirmação acerca dos “bestializados”. Essa afirmação possivelmente provocou reflexos em todos que a receberam, dentro e fora da Capital, criando condições de se reproduzir a forma de pensar do jornalista.

A questão a ser defendida aqui é que Aristides Lobo não identificou a presença do povo durante a proclamação, e isso não se dá pelo fato de o povo realmente ficar apático aos acontecimentos, isso se dá pelo fato de que o povo carioca não seguia o padrão de cidadão europeu vislumbrado por Aristides Lobo como referência para sua compreensão de sociedade e cidadania.

José Murilo de Carvalho ainda nos mostra que ele não era o único a se posicionar dessa forma:

Alguns anos mais tarde, depois de assistir aos acontecimentos que cercaram a proclamação da República, o representante francês, Blondel, observou que o povo do Rio, "antes surpreso que entusiasmado, não pode compreender o que se passa". Dois dias mais tarde, o ex-embaixador Amelot, escrevendo de Paris, tentaria explicar ao ministro dos Assuntos Estrangeiros as razões da total ausência da reação popular ao "*coup de caserne*": "No Rio não há nem povo, nem operários, nem artífices, [apenas] alguns grupos de pessoas de cor, fáceis pretorianos cujas aclamações se compram a baixo preço". Outra não era a impressão de Adam, o representante inglês. Comentando boatos sobre possível movimento em favor da restauração monárquica em maio de 1891, afirmava que qualquer mudança iria depender da intervenção militar, pois "o grosso da população não se interessa por política". Os militares, continuava, poderão impor qualquer governo que o povo aceitará "com submissão como aceitou a República em novembro de 1889". (CARVALHO, 2019, p. 64)

Essa citação nos mostra mais do que o distanciamento da identidade de cidadão em relação a sociedade da Capital por parte do governo. Ela demonstra que além da falta de reconhecimento do cidadão carioca - e porque não do cidadão brasileiro - também existia uma legitimação da representação militar como figura protagonista na política nacional. Compreender isso é perceber que os padrões de Aristides Lobo e dos representantes estrangeiros citados por Carvalho seguiam uma perspectiva positivista, sendo assim, o modelo a ser seguido está centrado na figura do homem universal, o homem francês revolucionário, totalmente destoante do homem brasileiro popular do período republicano.

Essa falta de reconhecimento do povo da Capital tem influência direta na relação dos governantes com a cidade. No momento que se exclui a figura do cidadão comum na política, se reforça a negligência em relação ao mesmo cidadão, e isso tem reflexo direto nas políticas higienistas promovidas no Rio durante o período da campanha variolítica. É importante desconstruir as afirmações positivistas da elite republicana e reconhecer que o Rio de Janeiro obviamente tinha povo, e um povo ativo, povo que fez a maior revolta urbana da história do país:

O que diferenciou a Revolta da Vacina dos movimentos que a antecederam foi a intensidade e a dimensão do protesto. Tal diferença poderia ser atribuída a possível crescente de manifestações populares iniciado em 1903. Em fevereiro desse ano houve distúrbios por ocasião de eleições legislativas e vice-presidenciais. No mesmo mês, uma substituição de abades no mosteiro de São Bento deu origem a demonstrações de natureza nativista, incentivadas por oficiais do exército, que duraram doze dias. Já foram mencionadas as manifestações de 1º de maio e a grande greve de agosto. No final do ano, 3 mil sapateiros pararam o trabalho por dois meses, ao mesmo tempo que os marinheiros da Marinha Mercante entravam em greve contra a lei de recrutamento que os prejudicava. O ano de 1903 teve ao todo 31 greves, contra três em 1902. (CARVALHO, 2019, p. 127)

Como podemos observar na citação, o Rio de Janeiro estava numa efervescência de mobilizações, uma cidade com 31 greves durante o ano definitivamente não é uma sociedade sem

povo. É fato que a sociedade do Rio era diversificada, contendo grande parte de cidadãos que atuavam no setor informal da economia, mas compreender as motivações para essa formação social é reconhecer todos indivíduos como cidadãos, independentemente de sua condição econômica.

O decreto: a afirmação do ideal de submissão popular

Traduzindo o período de mobilizações e levantes na Capital durante os anos iniciais da República, podemos perceber motivações divergentes entre si, mas que no panorama geral, sintetizam uma insatisfação e uma certa construção de resistência por parte do povo em relação aos governos que se seguiam. Carvalho relata que: "A efervescência ideológica dos anos iniciais da República, as conflitantes propostas de cidadania indicavam tanto a insatisfação com o passado como a incerteza quanto aos rumos do futuro." (CARVALHO, 2019, p. 63), tal afirmação reforça que as motivações por mais diferentes que fossem, seja nas greves ou nos levantes, evidenciavam uma postura de insatisfação política comum entre a população.

Dado o esclarecimento da relação entre governo e povo governado, fica mais fácil de conceber o que foi de fato o sentimento de revolta que tem seu estopim na campanha contra a varíola de 1904. Nicolau Sevcenko em sua obra "A Revolta da Vacina", se aprofunda mais diretamente no período correspondente a revolta em si, evidenciando os personagens e acontecimentos emergentes nas ruas do Rio de Janeiro. Através de uma gama de fontes jornalísticas do período, o livro tem um tom quase epopeico, com uma narrativa extremamente emotiva que intriga e provoca o leitor a se aprofundar no tema.

A obra de Sevcenko reforça a tese de Jose Murilo de Carvalho no que se refere a construção de um ideal moral e de posicionamento político por parte da população em relação as medidas do governo. Ainda falando da observação da população por parte do governo, o livro de Sevcenko também contribui para nossa compreensão dos resultados de tornar a presença do cidadão invisível ou irrelevante em relação à política.

Logo na organização da implantação da campanha de vacinação em massa, o governo já desconsiderou os impactos da medida na população. A pressa e o tom de emergência de Rodrigues Alves, então presidente da República, esclareceu que o ideal de cumprir com as propostas adotadas por ele em relação ao saneamento e as endemias da cidade tinham prioridade máxima, e que de qualquer forma deveriam ser atingidas, não levando em consideração os impactos causados pela falta de reconhecimento das condições sociais e econômicas que o povo da cidade vivia. Não se procurou um estudo qualitativo de regime ideal na organização e na distribuição das vacinas.

Como naturalmente deveria se esperar, os resultados não saíram como o governo esperava. Apesar da extrema agitação para a implantação das medidas, a falta de cautela na disseminação do regime de obrigatoriedade na população foi catastrófica desde seu início. Antes mesmo de ser colocado em prática, foi radicalmente atacado pela oposição⁴ que, durante quase três meses, tentou frear o andamento do processo de regulamentação da proposta. Depois da maioria governista conseguir a vitória na votação em 31 de outubro daquele ano, a resistência saiu do Executivo e foi para as ruas, nos braços da população.

A questão é que a proposta do governo de conseguir mais vacinações e acelerar o processo de imunização da cidade se mostrou arbitrária, ou seja, ao invés da vacina ser amplamente disseminada, Sevcenko nos mostra que a reação imediata da sociedade perante a obrigatoriedade foi de se distanciar da vacina:

E foi justamente a regulamentação que desencadeou a revolta. Uma vez aprovada a lei pelo Congresso e pela Câmara dos Deputados, a definição das normas, métodos e recursos para a sua aplicação ficava a cargo do Departamento de Saúde Pública. Esse órgão federal estipularia o conjunto de procedimentos por meio de um decreto, que escapava, portanto, da deliberação do Legislativo e se tornava atribuição exclusiva da presidência da República. Logo, foi o próprio Oswaldo Cruz quem elaborou o regulamento, que não estava mais sujeito a discussões e deveria ser aplicado a toda população *incontinenti*. Um jornal do Rio, *A Notícia*, publicou na sequência um esboço do decreto elaborado por Oswaldo Cruz, e a partir de então o pânico e a indignação se disseminaram por toda a cidade. (SEVCENKO, 2018, p.23)

A má gestão publicitária da campanha de vacinação, juntamente com o vazamento irresponsável da informação do decreto pela imprensa, teve influência direta nas movimentações que culminaram na revolta. Entretanto, apesar de claramente influenciarem na agitação e no teor rebelde da revolta, não sintetizam os motores geradores da revolta. Como vimos, o período era de insatisfação, e os sentimentos efervescentes da sociedade da Capital já estavam em grande parte fomentados pela união de sentimentos e de problemáticas acerca dos posicionamentos e ações do governo.

Assim como Carvalho, Nicolau Sevcenko nos mostra um pouco do panorama político que se formava no período antecedente a revolta. O autor nos mostra que a figura de Rodrigues Alves não foi bem concebida pela população por representar a continuação de um governo popularmente rejeitado:

⁴ No Senado, a figura do tenente-coronel Lauro Sodré era a de maior destaque para a oposição, na Câmara, se destacava o major Barbosa Lima. Ambos citados eram positivistas e florinistas de forte oposição ao governo, e seu posicionamento contra o decreto não tinha a mesma intenção e possíveis anseios que a resistência demonstrada por parte do povo. Há consenso na historiografia de que se preparava um golpe por parte dos militares que representavam o jacobinismo florianista (CARVALHO, 2019).

Ele [Rodrigues Alves] representava inequivocadamente a continuidade da administração anterior, do também paulista Campos Sales. E não nos esqueçamos da despedida estrepitosa que os habitantes da cidade lhe reservaram, quando ele passou suas funções ao sucessor. O ex-presidente foi vaiado fragorosamente, desde a saída do gabinete presidencial até a estação. Quase toda a Brigada Policial foi posta na rua para garantir o seu embarque. A assuada era recortada por provocações, insultos, zombarias, assovios e gestos ameaçadores. Pelo trajeto do subúrbio, o trem em que ele embarcara foi saudado com vaias, apitos e pedradas. (SEVCENKO, 2018, p.54)

O processo de embate político entre governo e população como podemos observar já estava em evidência. Levando em consideração a maneira pela qual o ex-presidente foi recebido no fim de seu mandato e também todas as greves ocorridas em 1903, considerar o decreto de Oswaldo Cruz como principal culpado pela revolta é não levar em consideração a complexidade política do período. Para definir a estrutura política que desencadeou a revolta, Jose Murilo de carvalho diz que: "Apesar do estopim único, tratava-se de revolta fragmentada, como era fragmentada a própria sociedade do Rio na época." (CARVALHO, 2019, p. 118). Portanto, existe uma fragmentação de motivações que corroboraram para o estopim da revolta.

Outro ponto central a ser discutido para a compreensão da revolta era o direito ao voto. Ainda na obra "Os bestializados", Carvalho relata a questão da participação popular através dos meios oficiais da política. Considerando todos fatores sociais e econômicos em que se encontrava a sociedade carioca do período, a parcela da população apta ao voto era quase que irrelevante se tratando da dimensão da população e dos interesses de uma maioria que não tinha participação legal na política.

Essa questão justifica a continuidade de um governo que não era bem visto e aceito pela população. Muito provavelmente a maioria - se não toda parcela - da população que atirou pedras e vaiou Campos Sales não tinham participação oficial pelo meio do voto, ou seja, tinham que se submeter as pretensões organizadas por parte dos próprios políticos e suas campanhas eleitorais, e também pela pequena parcela com direito ao voto, que em suma sequer era ativa de fato:

A exclusão de 80% da população do direito político do voto já é um indicador do pouco que significou o novo regime em termos de ampliação de participação. O quadro agrava-se se examinarmos o uso que a população fazia da franquia existente, isto é, o número de fluminenses que se alistavam e realmente votavam nas eleições republicanas. Para a eleição da Constituinte em 1890, foram alistados 28.585 eleitores, ou seja, 28% do eleitorado potencial, 9,5% da população adulta, 5,5% da população total. Nas primeiras eleições diretas para presidente, em 1894, votaram apenas 7.857 pessoas, ou seja, 7% do eleitorado potencial, 1,3% da população. (...) As coisas não mudaram muito com o passar do tempo. Nas eleições presidenciais de 1910, 21 anos após a proclamação da República, havia no Distrito Federal 25.246 eleitores, isto é, 2,7% da população calculada para esse ano. Apenas 8.687 compareceram às urnas, isto é, 34% dos eleitores e 0,9% da população total. (...) Pode-se dizer que a República conseguia quase literalmente eliminar o eleitor e, portanto, o direito de participação política através do voto. (CARVALHO, 2019, p. 81-82)

O direito ao voto apenas para uma minoria - homens alfabetizados, acima dos 21 anos - reforça que o povo do Rio de Janeiro existia, o que não existiam eram os seus direitos de exercer a cidadania de maneira oficial. Se tratando das greves e revoltas, a cidadania legal tirada do povo era efetivada de maneira não oficial através das manifestações de resistência ao governo e suas políticas discriminatórias, seja por greves ou revoltas.

Classes perigosas: A legitimação da discriminação

O processo de inibição política do povo não foi construído apenas através de leis e do processo eleitoral. Trata-se da criação de uma ideologia discriminatória que não só distanciou a participação popular da política do Rio, como também, providenciou a manutenção da discriminação e do processo de marginalização das classes populares. Sidney Chalhoub evidencia grande parte do processo de construção desse ideal em sua obra *Cidade Febril*.

Em *Cidade Febril*, Sidney Chalhoub promove um verdadeiro mergulho na sociedade da corte da metade do século XIX até meados do século XX, já no regime republicano. Através de uma investigação extremamente profunda, a obra evidencia uma pesquisa exaustiva de um conglomerado de informações e fontes que mostram desde a história do processo de implantação da vacina no Brasil, até a formação do caráter nacional em relação as classes populares e como eram as relações dessas classes em relação as políticas higienistas e vacinatórias.

Citar todas as contribuições dessa obra para a compreensão da sociedade do período seria impossível neste artigo, porém, é dever meu trazer algumas delas que colaboram para a defesa da minha tese sobre a Revolta de 1904. Fato é que, em convergência com Carvalho e Sevcenko, Chalhoub afirma que as políticas higienistas tinham como ideal privilegiar a salubridade de uma determinada parte da população em detrimento de outra.

A relevância política tinha como foco a parcela que colaborava para a manutenção do poder vigente. Sendo assim, o processo de expansão da ideologia cientificista não deixaria de privilegiar uma determinada parcela da população: a elite republicana e seus interesses. Levando em conta os fatos analisados nas obras já citadas aqui, o processo de invisibilidade social das camadas populares do Rio foi um processo que aconteceu em todas esferas: na política - com a exclusão do direito ao voto da grande maioria da população-, na econômica - com a marginalização do trabalho informal -, na social - com a derrubada e caça aos cortiços e/ou qualquer moradia que pudesse ser compreendida como tal -. e até na cultural - marginalizando a figura da capoeira e do imigrante -.

Para compreender o processo de marginalização em todos setores da sociedade é preciso

analisarmos o que Chalhoub apresenta como "classes perigosas". A gênese do conceito de "classes perigosas" surge na legitimação da discriminação de certa parte da população como justificativa da ameaça dessa classe perante a outra parcela da sociedade. O problema é que não existe uma definição propriamente exclusiva do que - ou quem - pode ser considerado pertencente uma "classe perigosa". A relação epistemológica que Chalhoub nos mostra é que o termo basicamente se refere às pessoas que viviam à margem da sociedade.

O uso do termo no contexto brasileiro, para Chalhoub, surge com a abolição da escravidão e com as preocupações dos parlamentares em relação a organização do trabalho. Interessante analisar aqui que a preocupação não era com aqueles indivíduos que estavam sendo largados sem nenhum amparo ou integração social, a preocupação era com as consequências do fim de um regime de trabalho forçado e as necessidades de se mediar as novas relações necessárias para a demanda trabalhista. Esses parlamentares, utilizaram fontes europeias para a defesa e imposição de suas questões:

Nossos parlamentares, ávidos leitores de compêndios europeus, irão utilizar como fonte nessa questão alguns autores franceses, cuja definição de classes perigosas parecia vir mais ao encontro de suas preocupações. Eles recorrem com frequência, por exemplo, a M. A. Frégier, um alto funcionário da polícia de Paris que, baseando-se na análise de inquéritos e estatísticas policiais, escreveu um livro influente, publicado em 1840, sobre "as classes perigosas da população nas grandes cidades". (CHALHOUB, 2017, p. 24)

Podemos identificar mais uma vez, como vimos na obra de Carvalho, que a busca de problemas singulares a uma realidade brasileira - nesse exemplo específico uma realidade de escravos e não de "criminosos" - era sempre visualizada com um ideal de solução europeia, o que reforça que o caráter de reforma urbana do Rio de Janeiro, que tentava criar uma "nova Paris", refletia também na ideologia política, não só na estética física da cidade com a política de urbanização. Chalhoub continua, e mostra quão problemática era a noção de classes perigosas de Frégier para o contexto nacional:

O objetivo declarado de Frégier era produzir uma descrição detalhada de todos os tipos de "malfeitores" que agiam nas ruas de Paris. Frégier chega efetivamente a recuperar muito do mundo das prostitutas, dos ladrões e dos espertalhões de todo tipo que pareciam infestar a velha Paris; o fato, porém, é que, apesar de seu empenho e cuidado na análise das estatísticas, ele não foi capaz de resolver um problema decisivo: seu estudo sobre os "malfeitores" acabou resultando numa ampla descrição das condições de vida dos pobres parisienses em geral, e ele falhou na tentativa de determinar com qualquer precisão a fronteira entre as "classes perigosas" e as "classes pobres". (CHALHOUB, 2017, p. 24)

Basicamente, os estudos de Frégier utilizados pelos parlamentares como referencial para seus ideais reforçavam a discriminação perante as classes pobres. Sabendo então a linha invisível

que separa "classes perigosas" de "classes pobres", podemos definir que o conceito de classes perigosas vai ser diretamente atribuído a grande massa da população pobre do Rio de Janeiro. Essa compreensão facilita a observação do processo de derrubadas dos cortiços e o afastamento da população pobre dos grandes centros, fazendo com que as pessoas que viviam a margem da sociedade literalmente morassem na margem da cidade.

Já familiarizados com o termo "classes perigosas", o estudo sobre a derrubada e caça aos cortiços da cidade fica com mais nitidez conceitual. O fato é que promovendo a discriminação fantasiada de segurança e processo salubre, a derrubada dos cortiços sintetiza na prática o que a ideia de classes perigosas foram de fato na história da Capital da República. A visualização dos cortiços como problemas para a cidade mascarava o verdadeiro ideal da derrubada dessas construções: O problema não eram os cortiços, mas as pessoas que neles moravam.

A repercussão da derrubada do mais conhecido cortiço da época, o "Cabeça de Porco" - 26 de janeiro de 1893 -, evidencia o teor por trás do processo de derrubada: "Nos dias que se seguiram, o prefeito da Capital Federal foi calorosamente aclamado pela imprensa - ao varrer do mapa aquela 'sujeira', ele havia prestado à cidade 'serviços inolvidáveis'" (CHALHOUB, 2017, p.20). Chalhoub ainda segue, e aprofunda a problemática até os reflexos das políticas nos dias de hoje quando para ele: "Com efeito, trata-se de algo inesquecível: nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio já entrava no século das favelas" (CHALHOUB, 2017, p.20).

A reação a derrubada do "Cabeça de Porco" deixa evidente que primeiro, a ideologia de discriminação em relação aos cortiços já eram um fato consolidado na cidade, e segundo, que isso é fruto direto das políticas de retaliação das "classes perigosas". Ainda se tratando dessa camada da população, Chalhoub mostra ao leitor que a noção de valores e de moral ética do cidadão, para os parlamentares, estava diretamente ligada a relação com o trabalho desse indivíduo:

(...) mas é possível perceber uma tendência: para os nobres deputados, a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão "classes pobres e viciosas", vemos que as palavras "pobres" e "viciosas" significam a mesma coisa para os parlamentares. (CHALHOUB, 2017, p. 25)

Em suma, o direcionamento dessa compreensão de que para o governo as classes perigosas e classes pobres são a mesma coisa, nos mostra com precisão que o processo civilizatório que as políticas higienistas promoveram nos anos iniciais da república, são fruto direto dessa visualização com caráter de marginalização por parte do governo em relação a estas classes.

Portanto, esse processo já era antecessor aos anos da Revolta da Vacina, que apesar de ter sua matriz originária ainda nos anos finais do período imperial, vai surtir influência direta no processo de viabilização política da população vulnerável da Capital.

A generalização do conceito de "classes perigosas" fundamenta o maior dos sucessos para as políticas elitistas da virada do século e da transição de regime. A partir do momento em que se generaliza o conceito, se abre o precedente de relativizar a definição dos alvos da discriminação, isto é, a angústia das populações menos abastadas é ficarem à mercê da conveniência de se enquadrarem ou não no conceito de classes perigosas, variando de acordo com as necessidades de quem lhe apontar como tal. Um bom exemplo disso é a definição do conceito de "cortiço", que como Chalhoub evidencia, não tinha um padrão de nomenclatura, podendo o termo variar de acordo com quem a definisse:

A identificação dos cortiços como focos geradores dos germes da febre amarela foi fato de enorme significado simbólico e político. Como vimos no primeiro capítulo, não havia nenhuma definição mais clara sobre o que era um cortiço, e numa cidade sempre às voltas com um déficit de moradias na segunda metade do século XIX, a tendência era considerar como tal qualquer habitação que, segundo os padrões instáveis dos sanitaristas, fosse vista como imunda e apinhada de gente. (CHALHOUB, 2017, p. 102)

Ou seja, no exemplo citado, a necessidade de definição surge com a necessidade de se culpar as construções que poderiam ser consideradas "cortiços" como foco da febre amarela. Como a própria obra nos mostra, a extrema movimentação para o cuidado da febre amarela se dá principalmente para quem ela atinge, no caso, a população majoritariamente branca: "Todos os esforços e recursos foram dirigidos à febre amarela, enquanto doenças como tuberculose e a varíola, ambas normalmente associadas a mestiços e pobreza, eram quase completamente negligenciadas" (CHALHOUB, 2017, p. 109).

A relativização do conceito com caráter adaptativo tem outros exemplos bem definidos na obra de Chalhoub, como a especulação imobiliária. Fugindo da "obviedade" da questão sanitária e criminal, essa abrangência de evidências que provam como o termo poderia ser utilizado em benefício de uma determinada parte da população, reforça o caráter padronizado da discriminação no Rio e os desdobramentos decorrentes dessa manutenção de classe.

A relação povo-vacina não absorvida pelo governo

Analisando todo processo de construção do padrão moral civilizatório – que era discriminatório e racista - e também do processo de inviabilidade de cidadania para as camadas da população mais vulneráveis, o apelo emotivo de Sevchenko em seu livro se torna muito mais

A revolta não visava o poder, não pretendia vencer, não podia ganhar nada. Era somente um grito, uma convulsão de dor, uma vertigem de horror e indignação. Até que ponto um homem suporta ser espezinhado, desprezado e assustado? Quanto sofrimento é preciso para que um homem se atreva a encarar a morte sem medo? E quando a ousadia chega a esse ponto, ele é capaz de pressentir a presença do poder que o aflige nos seus menores sinais: na luz elétrica, nos jardins elegantes, nas estátuas, nas vitrines de cristal, nos bancos decorados dos parques, nos relógios públicos, nos bondes, nas agências de correio e nos postos de vacinação, nos uniformes, nos ministérios e nas placas de sinalização. Tudo que o constrange, o humilha, o subordina e lhe reduz a humanidade. Eis os seus alvos, eis o que desperta sua revolta, e o seu objetivo é assumir e afirmar, ainda que por uma só e última vez, a sua própria dignidade. (SEVCENKO, 2018, p.88)

Exigir cidadania de um povo que tem seus direitos negligenciados é o ponto de início da postura daqueles que criticavam o posicionamento da sociedade em relação a proclamação da República. Padronizar a relação de trabalho como parâmetro de bom cidadão em uma sociedade que saía de uma base escravocrata, é assumir a postura racista do Estado e além disso, condenar toda uma parcela da população como ociosa e marginal.

Se tratando do contexto, é importante destacar que toda preocupação e busca de soluções para as doenças do período tinham total sentido prático no que se refere a realidade da saúde fluminense, não é intenção minha negar a calamidade da situação salubre da Capital no início do século XX. A cidade vivia uma crise de doenças e a varíola era culpada direta de um enorme número de vidas perdidas, porém, minha proposta aqui não é relatar a necessidade de se combater as doenças e moléstias do período - o que é evidente - mas sim problematizar a postura política do governo em relação a população.

Em relação ao processo da resistência brasileira perante a vacinação, Chalhoub não poupa detalhes e fontes precisas para apresentar as circunstâncias culturais e históricas que provam que a vacina nunca foi bem recebida em território nacional. O historiador vai fundo quando o assunto é a história da vacina e sua relação com o povo brasileiro, afinal, uma das justificativas de tamanha pesquisa é que essa tese nunca foi muito aprofundada por colegas do ofício:

Introduzida no Brasil em 1804, propagada pelo método da inoculação braço a braço, a vacina antivariólica era história velha, e eu não alcançava entender o porquê de os historiadores que escreveram sobre a revolta de 1904 não fazerem - via de regra - qualquer menção à história prévia do serviço de vacinação na Corte. Reconfortado pela ideia de uma ignorância compartilhada por ilustres companheiros de ofício, passei a perseguir metodicamente todas as pistas que encontrava sobre a questão da implantação e propagação da vacina antivariólica no país. (CHALHOUB, 2017, p. 12)

Navegar em todo processo de implantação do método da vacina no Brasil explica bastante sobre a construção cultural da imagem da vacina antivariólica para os brasileiros. Se tratando da

Revolta da Vacina, o autor busca reforçar que - em contraponto a Carvalho e Sevcenko - o processo de resistência à vacina é muito mais profundo do que a questão moral e política dos acontecimentos de 1904, afinal, coincidentemente, esse ano era o centenário de "aniversário" da presença da vacina no Brasil, o que a torna velha conhecida das terras tupiniquins já nesse período.

Todavia, afirmar a existência de um contexto histórico e cultural de compreensão acerca da resistência da vacina não exclui a tese moral da Revolta. O próprio Chalhoub não exime a construção social do fato, não é à toa que trabalha em cima da criação e apropriação do conceito de "classes perigosas" por parte do governo e da sociedade. A contribuição de Chalhoub com o aprofundamento da pesquisa em cima da história da vacina no Brasil serve então para nós como mais uma perspectiva de influência para os acontecimentos de 1904, que culminaram na Revolta da Vacina.

Chalhoub evidencia em sua obra que desde que chegou no Brasil o método de vacinação jennერიano⁵ sempre foi discussão no sentido de sua efetividade ou não, isto é, a validade da vacina nunca foi unânime não só entre a população, mas também entre a própria comunidade médica do período. Sendo assim, a postura da sociedade em relação as informações que ela tinha acesso não caracterizam o povo como culpado direto da impopularidade da vacina antivariólica:

As controvérsias entre os médicos giravam sempre em torno de dois aspectos: por um lado, havia aqueles que achavam que a vacina não era um preservativo eficaz contra a varíola, e citavam casos de vacinados que depois haviam contraído "bexigas naturais"; por outro lado, havia os doutores que temiam a transmissão de doenças do gado para o homem através do método jennერიano. Como já referi anteriormente, tal receio fora um dos motivos que haviam determinado a opção de propagar a vacina através do método braço a braço, o que tornava mais distante a possibilidade de contaminação do vacinado por doenças da vacaria. O que ocorre ao longo do século, no entanto, é a crescente suspeita - e depois clara constatação -, por parte dos médicos, de que a vacina como era praticada tornara-se método eficaz de propagação de outras doenças entre os lancetados, principalmente a sífilis. (CHALHOUB, 2017, p. 134)

A falta de unanimidade sobre a eficácia e segurança da vacina corrobora para uma postura de cautela por parte da população, sendo a discussão acerca da segurança da vacina um dos fatores formativos da cultura de resistência ao método. Em determinada parte do livro, ainda sobre a discussão dos "vacínophobos" - termo utilizado pelo autor para definir a população temente a vacina -, Chalhoub cita o trecho de um relatório de prestação de contas sobre o Instituto Vacínico, enviado para o Ministério do Império em janeiro de 1855. Analisando o relatório, Chalhoub mostra que as informações contidas fortalecem a noção do medo existente no povo em relação a

⁵ A vacina jennერიana foi descoberta pelo médico inglês Edward Jenner, no final do século XVIII, a partir da observação e análise do "cow-pox", doença desenvolvida pelos bovinos que tinha similaridade com a varíola que atingia os humanos.

vacina, definindo o temor ao método já presente muito antes de 1904:

O contexto mais geral é, como sempre, o empenho do diretor em explicar o fraco resultado dos esforços para vacinar a população. O autor argumenta inequivocadamente que a prática da variolização consistia em obstáculo poderoso à propagação da vacina. Segundo ele, a inoculação do pus variólico agravava a intensidade das bexigas, e o “povo”, conhecedor dos riscos da variolização nessas situações, e desconhecedor da diferença entre vacinação e variolização, achava que a vacina era “a própria variola”, sentindo por ambas igual “repugnância e horror”. (CHALHOUB, 2017, p. 151)

A citação deixa claro não só a falta de compreensão da população sobre o método da vacina, mas também a falta de preparo do governo em não saber lidar com tal situação. A preocupação do trecho está em justificar os baixos resultados do instituto e não em tentar mudar esse quadro, apontando a falta de conhecimento científico da população como principal causadora das baixas quantidades de vacinas distribuídas, e, por conta disso, definindo de modo direto a população como culpada da situação do instituto e de modo indireto culpada sobre a doença em geral.

Ainda em convergência com os fatos, Chalhoub mostra que a resistência cultural contra a vacina não se deu só pela falta de uma postura sólida da medicina ou pela falta de preparo do governo em lidar com o temor da população. O livro destaca que em relação a população negra, a questão religiosa tinha grande influência na percepção sobre as moléstias, fazendo com que a relação entre a vacina e essa camada da população fosse mais complexa, o que confere um distanciamento cultural de interpretações:

O que nos interessa reter neste contexto é que os escravos e negros livre pobres no Brasil podiam achar que determinadas doenças eram utilizadas pelos senhores como armas para atingi-los. E este entendimento acontecia dentro de um universo cultural determinado: a doença, para o negro, podia ser causada por feitiços, pelo poder de feiticieiros que conseguiam manipular as forças nefastas do universo. O flagelo causado pelo sortilégio mágico era apenas uma possibilidade, pois havia doenças provocadas pela violação a uma tradição, por erro ritual, ou pelo descumprimento de deveres para com os deuses. De qualquer forma, os negros – mas não só eles no Brasil do século XIX – acreditavam que a doença não era uma coisa natural; as moléstias eram sempre provocadas por causas sobrenaturais – causas estas que poderiam ou não ter sido evocadas por feiticieiros -, sendo a cura, como veremos, prioritariamente ritual. (CHALHOUB, 2017, p. 159)

Analisando a citação, podemos perceber que se tratava de uma complexidade muito maior do que apenas uma ignorância científica por parte do povo. A questão da vacina perante a população era resultado direto das singularidades culturais da população da Capital e do país, sendo na religiosa – como o citado exemplifica – e também na social, com o temor da vacina como resultado direto de um contexto de incertezas - dentre o qual os próprios médicos e a ciência faziam parte -. A ideia que defendo aqui é que a construção cultural de resistência a vacina com o

passar dos anos, apesar de verdadeira, deve ser analisada não como fonte principal ao fracasso do processo de vacinação de 1904, mas como uma barreira cultural imposta pela sociedade que o governo não soube lidar por quê sequer a percebeu.

Uma população que não era vista como legítima é por natureza não devidamente analisada por seus governantes, o que entra em convergência com os fatos quando retratamos o fracasso publicitário da campanha de vacinação contra varíola de 1904. Nessa perspectiva, a análise à fundo de Chalhoub sobre os relatos de implantação do método da vacina variólica no país além de não desconsiderar a questão moral, à reforça, no que se diz a inviabilidade da cidadania para a população e da invisibilidade de sua identidade. Por não perceber o povo, por não perceber suas características e suas particularidades, não se calculou qualquer que fossem as possibilidades com o decreto de obrigatoriedade. Perceber a falta de cuidado com a informação tem grande sentido político, social e contextual: não se teve um melhor estudo para se colocar em prática as políticas de combate as enfermidades do Rio porque não importavam os impactos que surtiriam nem a opinião da população, supostamente refém da democracia republicana utópica do período. A questão religiosa, a questão moral, a questão social e a questão cultural como um todo, não foram percebidas pois sequer existiam para aqueles que governavam.

A conclusão de Carvalho em *Os Bestializados*, reafirma o caráter moral já defendido, ele define a Revolta da Vacina como um retrato de afirmação política da população em relação as posturas do governo:

A Revolta da Vacina permanece como exemplo quase único na história do país de movimento popular de êxito baseado na defesa do direito dos cidadãos de não serem arbitrariamente tratados pelo governo. Mesmo que a vitória não tenha sido traduzida em mudanças políticas imediatas além da interrupção da vacinação, ela certamente deixou entre os que dela participaram um sentimento de profundo orgulho e de autoestima, passo importante na formação da cidadania. O repórter do jornal *A Tribuna*, falando a elementos do povo sobre a revolta, ouviu de um preto acapoeirado frases que bem expressavam a natureza de orgulho. Chamando o repórter de "cidadão", o preto justificava a revolta: era para "não andarem dizendo que o povo é carneiro. De vez em quando é bom a negrada mostrar que sabe morrer como homem!". Para ele, a vacinação em si não era importante - embora não admitisse de modo algum deixar os homens da higiene meter o tal ferro em suas virilhas. O mais importante era "mostrar ao governo que ele não põe o pé no pescoço do povo". (CARVALHO, 2019, p. 131)

O entrevistado não apresenta em nenhum momento alguma fala que se direciona à questão da vacina, apesar de se negar tomar a injeção como citado, essa negação se mostra muito mais no sentido de afirmação de seu posicionamento perante o governo do que como negação científica sobre o método.

Ainda na obra de Carvalho, o autor relata que antes do fim da Revolta, o bairro da Saúde foi considerado o último reduto dos revoltosos, sendo a região de Porto Artur o local da

concentração final de resistência. No dia 16 de novembro foi decretado estado de sítio, se espalharam boatos - fomentando o temor da classe média e do governo - de que Porto Artur estava preparado para uma verdadeira guerra: “Dizia-se que os rebeldes contavam com bocas-de-fogo e dinamite para fazer voar pelos ares os atacantes” (CARVALHO, 2019, p. 104). O governo então organizou o último avanço para Porto Artur - pelo mar através do couraçado *Deodoro* e por terra com tropas do exército - para pôr fim de vez sobre a revolta. Quando as tropas do governo chegaram a Porto Artur, as trincheiras e as defesas já estavam vazias:

“Verificou-se também que as famosas dinamites não passavam de um engodo: pedaços de madeira envoltos em papel prateado, dependurados por arames em torno das trincheiras. A famosa boca-de-fogo também não passava de um cano de iluminação pública colocado sobre duas rodas de carroça.” (CARVALHO, 2019, p. 105).

A relação desse acontecimento com a realidade política e social da Capital seria quase poética, se não fosse trágica: as armas da população eram tão falsas quanto o seu perigo para a cidade. Inevitavelmente os paralelos se formam e as ideias se afirmam pois, assim como eram falsas as armas da população, eram falsas as motivações que fundamentavam o conceito de “classes perigosas”. Portanto, assim como o canhão e as bombas de Porto Artur, o medo dessas classes era reflexo das mesmas aspirações inventadas pela elite em cima de uma mentira: as “classes perigosas” tinham um perigo tão real quanto um canhão constituído de um poste e uma carroça.

Diferentemente da dinamite e da boca-de-fogo, o povo do Rio existia, e exerceu sua cidadania através da Revolta da Vacina. Perceber o processo de construção do ideal da revolta é perceber o processo de construção e reforço da prática de cidadania, e por resultado, da prática democrática. A população do Rio de Janeiro – em oposição a Aristides Lobo – mostrou que sabia o que estava se passando, confrontando o governo e lhe obrigando a escutar, mesmo que se fosse necessário para tal colocar a Capital em estado de sítio, eis a cidadania.

Considerações finais

A consolidação da República no país teve como base uma ideologia positivista que vislumbrava um país elitizado, próspero, urbanizado, e, principalmente, branco. O fim da escravidão no país e a mudança de regime desnudaram a problemática discriminatória que já era amplamente disseminada dentro do Império através da solução instaurada pelo Estado republicano: o padrão moral civilizatório aceito tinha como pilar principal – e fundamental – a relação inerente do trabalho na vida do cidadão brasileiro. Portanto, a identidade nacional que se

firma com o fim da escravidão e com a mudança de regime é de caráter totalmente alinhado com as pretensões da burguesia:

Assim, a perspectiva do fim da escravidão colocava para os detentores do capital a questão de garantir a continuação do suprimento de mão-de-obra, e tal objetivo só poderia ser alcançado caso houvesse uma mudança radical no conceito de trabalho vigente numa sociedade escravista. Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulando-se então com conceitos vizinhos como os de “ordem” e “progresso” para impulsionar o país no sentido do “novo”, da “civilização”, isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa. (CHALHOUB, 2012, p. 48)

Perceber tais motivações esclarecem as relações entre o governo e as classes mais vulneráveis, isto é, as “classes perigosas”. A transmissão do caráter moral da sociedade tendo como base a relação do trabalho como artifício de aceitação dos indivíduos pelo resto da população, marginalizou todos aqueles indivíduos que não se enquadravam dentro desse modelo aceito. A ociosidade e o trabalho informal – esse segundo base de sobrevivência para grande parte desfavorecida da população – foram sinônimos de vadiagem e, portanto, de perigo para as demais pessoas da população, isto é, para as pessoas que se enquadravam nos moldes republicanos de cidadãos de bem e de moral correta.

O negro que foi escravizado agora sofria outro tipo de violação: a obrigação de se enquadrar em uma sociedade que lhe negou a liberdade e que agora também lhe nega o direito de se enquadrar dentro do padrão aceito criado, que promovia o trabalho como condição moral do indivíduo, mas que ao mesmo tempo, não dava condições para tal como reflexo do racismo. A propagação desse ideal com base no trabalho favorece então a camada mais rica da população, isto é, a elite fluminense, que aproveitou do discurso de ética e moral para legitimar suas ideias meritocratas e pretenciosas. Se tratando da discriminação, esse discurso de meritocracia propagado com o ideal moral de trabalho favoreciam os ideais burgueses ao passo que geravam disputa e rivalidades entre os próprios trabalhadores, que se viam refém de um trabalho para sobreviverem e para serem aceitos dentro dos moldes republicanos:

Este primeiro movimento, por si só, não era suficiente para garantir a subsunção do trabalho ao capital. A imposição de uma ordem social capitalista na cidade do Rio de Janeiro no período se fez também, na prática, “pela transformação da rua em verdadeiro espaço de guerra”, na expressão feliz de Maria Alice R. de Carvalho. Ou seja, a vigilância “espiritual” do agente social expropriado que deveria se tornar trabalhador se completava, no cotidiano, pelo exercício da vigilância policial. Este segundo movimento para submeter o homem livre pobre à sociedade ordenada pelo trabalho tem como objetivo de ação direta o corpo dos despossuídos, pois estes, ao serem estigmatizados “promíscuos” ou “desordeiros”, podem se ver arremessados, repentinamente, ao xilindró, onde seriam supostamente “corrigidos” – vale dizer, transformados em trabalhadores, por mais inverossímil que isto possa parecer. (CHALHOUB, 2012, p. 50)

Portanto, é fundamental conciliarmos a pretensões econômicas da elite brasileira no fim da escravidão com o modelo republicano que era almejado no projeto de República que se desenhava. A busca pelo padrão moral e ético embasado na figura do capital fizeram com que a legitimação do novo regime viesse através de um projeto de nação que tinha como foco um país mais moderno, próspero, rico e democrático. Entretanto, esse modelo de país que se buscava em teoria, na prática não era para todos.

As políticas de urbanização e de higienização não vislumbravam uma melhor qualidade de vida para a população pobre, isto é, para a maioria da população do Rio de Janeiro da virada do século XIX para o século XX. As políticas higienistas tinham teor cientificista que colocavam as classes vulneráveis como causas das moléstias da cidade, transferindo toda culpa dos males e enfermidades para essa camada da população. A propagação dessas políticas racistas proporcionaram a negligência do governo em relação com esses indivíduos, que tinham seus direitos inviabilizados, não somente os direitos políticos, mas também os seus direitos humanos.

Reconhecer o panorama completo da sociedade fluminense e brasileira da Primeira República não seria possível dentro desse curto trabalho. Entretanto, apesar das limitações presentes neste artigo – tanto estrutural, por conta do tamanho, e também de conteúdo, por conta das possíveis interpretações e preferências cabíveis a cada historiador - é fundamental percebermos as condições sociais que lapidaram a população da Capital de 1904, que propiciaram as condições da revolta popular ser desencadeada com a energia e o impacto que teve.

A Revolta da Vacina foi portanto, antes de qualquer outra definição, um ato político por parte da população insatisfeita. Um governo que legitimava um país através de políticas que atingiam uma camada mais abastada, e evidentemente, uma camada mais branca, não via na população comum condições de participação política, negligenciando assim os direitos e os deveres a cumprir com toda sociedade, independentemente de sua cor e/ou condição. Sendo assim, as movimentações populares que efervescentes as ruas posteriormente ao decreto de obrigatoriedade se traduzem em um ato de política, que confrontou não só a falta de direito ao voto ou a vacina, mas sobretudo lutou contra a discriminação, contra a política elitista, contra as ideologias cientificistas racistas e, principalmente, lutou em favor da liberdade, dos direitos civis, da cidadania e da democracia.

Referências

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012

Rio de Janeiro (Cidade). Secretaria Especial de Comunicação Social. **1904 - Revolta da Vacina. A maior batalha do Rio** / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. – A Secretaria, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

LAPA, José Roberto do Amaral (org). **História política da República**: coletânea de ensaios inéditos comemorativa do centenário da República. Campinas: Papyrus, 1990.

FREITAS, Marcos Cezar (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.